



Tempos selvagens

Da Revolução Russa de 1917 à Revolução do nosso tempo

Álvaro García Linera
Tradução: Tatiana Oliveira*

Estamos vivendo tempos selvagens. É difícil para as pessoas de nossa geração adaptarem-se a nova situação. Mas através dessa revolução, nossas vidas se purificarão e as coisas melhorarão para os jovens

S. Semyonov, primavera de 1917 (1)

I.A revelação

A sua explosão dividiu o mundo em dois; mais ainda, dividiu o imaginário social sobre o mundo em dois. Por um lado, o mundo existente e suas desigualdades, exploração e injustiças; por outro, um mundo possível, de igualdade, sem exploração, sem injustiça: o socialismo. No entanto, isto não significou a criação de um novo mundo alternativo ao capitalismo, mas o surgimento, nas expectativas coletivas dos subalternos do mundo, da crença mobilizadora de que era possível alcançá-lo.

A Revolução Soviética de 1917 é o evento político mundial mais importante do século XX, pois muda a história moderna dos Estados, divide as ideias políticas dominantes em dois e em escala planetária, transforma os imaginários sociais dos povos, devolvendo-lhes o seu papel de sujeitos da história, inova nos cenários de guerra e introduz a ideia de outra opção possível (ou outro mundo possível) no curso da humanidade.

Com a revolução de 1917, o que até então era uma ideia marginal, um slogan político, uma proposta acadêmica ou uma expectativa protegida na privacidade do mundo dos trabalhadores, tornou-se uma questão, uma realidade visível, uma existência palpável. O impacto da Revolução de Outubro sobre as crenças mundiais - que são as que ao fim e ao cabo contam no momento da ação política - foi semelhante ao de uma revelação religiosa entre crentes, ou seja, o capitalismo era finito e poderia ser substituído por outra sociedade melhor. Isso significava que havia uma alternativa ao mundo dominante e, portanto, havia esperança; em outras palavras, passou a existir um ponto arquimediano a partir do qual os revolucionários se sentiam capazes de mudar o curso da história mundial.

A Revolução Russa anunciou o nascimento do século XX(2), não só por causa do cisma político planetário que engendrou, mas sobretudo por causa da constituição imaginária de um sentido de história, isto é, do socialismo, como referente moral da plebe moderna em ação. Assim, o espírito do século XX foi revelado a todos; e, a partir desse momento, adeptos, opositores ou indiferentes teriam o seu lugar no destino da história.

Mas, como acontece com toda “revelação”, a revelação cognitiva do socialismo como uma alternativa realizável foi acompanhada por um agente ou entidade canalizadora deste descobrimento: a revolução.

A revolução se converteu na palavra mais reivindicada e mais demonizada do século XX. Seus defensores a empunharam para se referirem à reparação iminente dos pobres diante da opressão excessiva; os seus detratores a desqualificaram por ser o símbolo da destruição da civilização ocidental; os operários a convocaram para anunciar uma solução às catástrofes sociais engendradas pela burguesia e, à espera do seu advento, a utilizaram para pressionar - ao menos como uma ameaça - contra a economia de concessões e tolerâncias com os patrões, o que acabou levando ao Estado de bem-estar. Em contraste, os ideólogos do antigo regime lhe atribuíram a causa de todos os males, desde o confronto entre os Estados e a dissolução da família, até o desvio moral da juventude.

Nos debates filosóficos e teóricos, a revolução tornou-se para alguns o prelúdio para uma nova humanidade, o estrondo que desencadeia a criatividade autoconsciente e autodeterminada da sociedade. Por outro lado, para a cúria do antigo regime, a revolução representou a anulação da democracia e a encarnação diabólica de forças obscuras cujo objetivo seria destruir a liberdade individual. No entanto, longe de vislumbrar a degeneração do debate, essa derivação religiosa dos argumentos favoráveis ou contrários à revolução reflete o enraizamento social profundo que desencadeou o antagonismo revolução/contrarrevolução, e que chegou, inclusive, a mobilizar as fibras morais mais íntimas da sociedade.

Em suma, a revolução (esse fato político-militar das massas que tomam o poder político por assalto, essa insurreição armada que derruba o antigo Estado e levanta a nova ordem política) constituiu um meio privilegiado, sendo, ainda, a portadora de uma alternativa de mundo plenamente factível. Em torno a este sucesso foi construída toda uma narrativa voltada à história futura, e isto foi feito com tanta força que chegou a mobilizar paixões, sacrifícios e ilusões de mais da metade dos habitantes de todos os continentes.

A partir de 1917, a luta pela revolução, a sua preparação, realização e defesa, captaram não só o interesse e a diligência de milhões de pessoas, mas também a vontade e a predisposição a esforços e a sacrifícios raramente vistos na história da humanidade. Clandestinidade, privação material, tortura, prisão, exílio, desaparecimento, mutilação e assassinato constituíram o custo inestimável que milhares e milhares de militantes estiveram dispostos a pagar para fazer a revolução. Tal será a sua capacidade para render-se à causa revolucionária, que a maioria destes militantes será capaz de suportar cada uma destas estações de suplício, mesmo sabendo que, muito provavelmente, não poderão desfrutar da sua vitória. Essa devoção ao sacrifício histórico, a confiança de que a geração seguinte ou posterior poderá vir a testemunhar a aurora humana produzida pela revolução iminente, remete a um tipo de “dispêndio heroico” batailliano(3) em torno da revolução e dos revolucionários; de fato, trata-se de uma ostentação e de uma generosidade próprias ao esforço humano mais planetário (geograficamente) e mais universal (moralmente) da história social.

Nos últimos 100 anos, mais pessoas morreram em nome da revolução do que em nome de qualquer religião, com a diferença de que, no caso do sacrifício religioso, a rendição é favorável ao próprio espírito do sacrifício; enquanto na revolução, a imolação favorece à libertação material de todos os seres humanos, o que torna o fato revolucionário um tipo de produção comunitária que provoca, casualmente, o avanço à comunidade universal desejada.

II.A Revolução como um momento plebeu

Em certa medida, a história das sociedades se assemelha ao movimento das placas tectônicas dos continentes. Internamente, sob tais placas, existem fluxos poderosos de lava incandescente que as colocam em um movimento lento, porém

contínuo. Ali, onde a massa continental empurra uma a outra, é possível encontrar rachaduras, abalos e terremotos temporários, embora, em geral, se mantenham inabaladas a paisagem e a estabilidade superficial do solo. No entanto, há momentos da vida terrestre em que essas poderosas forças internas de lava incandescente explodem, irrompem sobre camada externa da terra e brotam intempestivamente como minerais e rochas derretidas que destroem tudo em seu caminho. Esta matéria em um estado ígneo, ardente, transborda pela superfície terrestre como um cavalo incontrolável de fogo puro. Mas à medida que sua força vulcânica esfria, a lava solidifica e modifica drasticamente a paisagem na Terra, afetando as características dos continentes e a topografia da superfície terrestre.

As sociedades também são assim. Na maioria das vezes, elas se mostram como uma superfície complexa, porém relativamente calma, controladas pelas relações de dominação. Há conflitos, tensões contínuas e movimentos, mas estes são apaziguados ou subsumidos pelas relações de poder prevalecentes. Então, sob essas relações de poder pre-dominantes, existem intensos fluxos de forças, lutas de classes, acumulações culturais internas que são o fogo social que dá vida à sociedade, mas que não são de pronto visíveis, isto é, que permanecem subterrâneos ou estão submersos na profundidade das estruturas coletivas nacionais e de classe.

Há, contudo, momentos precisos na história em que a superfície externa da sociedade, a camada superior de relações de dominação, sofre uma fissura, é abalada. E não só sofre uma fissura, mas se rompe e se fragmenta porque as forças internas emergem assim como a lava vulcânica. Trata-se das lutas sociais e dos movimentos sociais emancipatórios que, interrompendo décadas ou séculos de silêncio, se rebelam contra a ordem estabelecida, se reagrupam subterraneamente, superam dificuldades, medos, represálias, preconceitos e se insurgem contra tudo o que existe. É o fogo criativo da lava vulcânica, a capacidade inventiva da multidão em ação que transborda os dispositivos construídos em décadas e séculos de dominação, e os destrói desarmando os dispositivos de comando existentes e impondo a marca da sua presença coletiva como nação, como classe, como uma coletividade social em um estado de fusão, isto é, em um estado de democracia absoluta.

Essas explosões vulcânicas de lava social são as revoluções que explodem de baixo para cima, e surgem de forças tanto quando de uma potência profunda, tecida durante muitos anos, que, uma vez revelada, se põe contra todas as “camadas” de submissão acumuladas no tempo, sendo, de imediato, impossível obstar a insurgência social, que, portanto, invade e arrasa a superfície com um fluxo de iniciativas, vozes e ações coletivas a tudo sobrepostas. Trata-se do momento fluido da ação coletiva, o momento em que a sociedade não é superfície, nem instituição, nem norma: há somente fluxo coletivo de criatividade ilimitada proveniente das pessoas. Este é o momento em que a sociedade se constrói a si mesma, sem externalidades ou substitutos. Daí ser a revolução o momento plebeu da história, o momento autopoietico, se se quiser, em que a sociedade como um todo se sente capaz para autoproduzir-se e autodeterminar-se.

Enquanto a revolução dura, a sociedade é comparável a um movimento criativo em estado ígneo, isto é, nem bem as suas decisões começam a tomar forma ou a institucionalizar-se, novas iniciativas coletivas sobrevêm e mantêm o fluxo coletivo em ação. Seu movimento é semelhante ao da lava vulcânica que, quando esfria e começa a se solidificar, permanece ameaçada pelo ímpeto dos fluxos de lava subterrâneos que podem voltar a derrete-la. As instituições e relações dominantes são precisamente isso: o resultado de velhas lutas e fluxos sociais no estado ígneo (Marx o denomina “trabalho vivo”), que ao longo do tempo se estabilizam (se esfriam) enquanto relações sociais, instituições, juízos e preconceitos socialmente predominantes. Esse é o momento da solidificação do fluxo social (Marx chama isto de “trabalho morto”). A forma estatal é o resultado de velhas lutas, potências e limites presentes no estado fluido da sociedade, e que, ao se “resfriarem”, ao se “solidificarem”, se institucionalizam, deixando, como vestígio histórico vivo da sua potência e dos seus limites, as estruturas estatais e econômicas que deverão reger e regular a sociedade sob a forma de relações de poder e dominação, nas décadas seguintes até um novo surto.

Enquanto a revolução está em curso, é como se tudo o que é sólido se tornasse líquido, porque mesmo quando uma relação social chega próximo de se institucionalizar, ela é imediatamente arrebatada por uma nova ação coletiva em fluxo, que volta a impor o “trabalho vivo”, um fazer progressivo, ao “trabalho morto” das relações sociais solidificadas e há tanto tempo alienadas como relações de poder. Somente aqueles que experimentaram uma revolução podem entender o demasiadamente humano que ela implica: milhares de ações coletivas que se somam e se sobrepõem umas às outras em meio ao caos criativo, originando, de modo imprevisível, uma torrente que se bem pareça dirigir tudo para um destino único, é interrompida novamente para abrir espaço a mil novas direcionalidades opostas; uma criatividade humana que supera qualquer expectativas previa; conjunturas políticas que mudam de um minuto para outro; associação e fragmentação social que se combinam e se encadeiam de uma maneira que seria de outro modo impossível. É como se o espaço-tempo fosse comprimido e o que anteriormente poderia requerer décadas, bem como a dominação de vastos territórios, agora, passam a condensar-se em um único dia e no mesmo lugar de modo simultâneo em toda geografia social; como se o universo nascesse em cada momento e em todos os lugares do país. E, então, com o risco de ser devorado pelo redemoinho, devemos esforçar-nos para estabelecer uma direção a todo este caos criativo, devemos nos orientar para conduzir a efetuação deste magma no estado ígneo que é a ação coletiva.

O momento plebeu da sociedade, a saber, a revolução, é, portanto, a sociedade em um estado de multidão fluida e auto organizada, que se assume a si mesma como sujeito de seu próprio destino. É um momento de conhecimento de si, quando a sociedade toma contato com as suas capacidades, possibilidades, e, até certo ponto, com os seus limites; e, como resultado, acaba conhecendo a projeção do seu

destino, o sonho compartilhado, o projeto coletivo. No final, quando a revolução já revelou a energia vital contida da sociedade e passa a ceder lugar à solidificação das coisas, à institucionalização e à regularidade das relações sociais, o que resta é a correlação das forças inerente ao processo revolucionário tornada lei e direito coletivo. Por isso, embora em comparação com o resto da vida institucional e regular da sociedade, as revoluções durem um curto período de tempo na sua explosão vital, são elas que realmente moldam as estruturas sociais e a topografia institucional.

Assim como, à medida que os vulcões e as grandes rupturas tectônicas (em princípio, lava fluida que se move como as montanhas) esfriam e solidificam, e, ao fazê-lo, esculpem o novo perfil das cordilheiras, dos vales e das montanhas que caracterizam a superfície por um longo tempo; da mesma forma, o momento plebeu, revolucionário, transborda a ordem estabelecida, as leis e as normas do antigo regime, dissolve-os diante da força de uma multidão em ação, e, então, uma vez passada a crista da onda revolucionária, começa a consolidar-se nas relações de forças que se manifestam durante o processo, dando origem à nova ordem social dominante, às novas estruturas sociais. As ousadias e os contratemplos, os acordos e iniciativas firmados no momento revolucionário, se institucionalizam, se tornam legais, se materializam e se objetivam como regras, procedimentos, hábitos, juízos e senso comum coletivo que, adiante, deverão regular a vida da sociedade por uma longa duração (muito tempo), até que uma nova explosão revolucionária destrua o que havia sido feito anteriormente. As estruturas sociais constituídas, embora sejam relações e, portanto, fluxos sociais, não têm mais a velocidade da fluidez nem a volatilidade do momento ígneo da revolução. São relações com fluidez lenta e em certa medida maleável e, nesse sentido, em constante processo de solidificação.

Seja como fluidez ígnea ou como solidificação institucional, as revoluções marcam a arquitetura duradoura das sociedades. Se eles tiverem sucesso e conseguirem se sustentar por um longo tempo, ou, ainda, quando ficam pela metade ou são derrotadas, o que permanece como um relacionamento social visível, estável e dominante é o que a revolução conseguiu alcançar, teve que ceder ou abdicar. Esse é, por excelência, o papel criativo que todas as revoluções têm na sociedade. Portanto, não é equivocado imputar-lhes a característica de momentos fundantes das estruturas sociais duradouras.

O significado da revolução russa

Em que consistiu essa revolução que conseguiu capturar o mais generoso imaginário dos pobres e demonstrou que não há limites possíveis no momento do sacrifício por uma crença?

Em geral, e de maneira equivocada, a revolução é reduzida à tomada dos aparelhos de governo - nem mesmo do Estado - pelos revolucionários. Obviamente, esse é o momento mais visível, mas não o mais importante, muito menos o que caracteriza uma revolução. No caso de outubro de 1917, a Revolução russa

foi retratada pela conquista do Palácio de Inverno do Tzar Nicholas II por operários, camponeses e soldados armados. Foi, certamente, épico o fato de que o povo ocupou militarmente uma instalação secularmente vedada à presença dos trabalhadores do país, mas está claro que esta imagem imortalizada pelo cineasta Sergei Eisenstein(4) não é a revolução, senão um de seus efeitos infinitesimais.

Uma segunda redução da revolução, em termos mais políticos, é a que se refere ao evento insurrecional, isto é, ao momento político militar da ação de massa que culmina com a instauração de um novo governo e novas instituições de decisão estadual. No caso de 1917, esse fato remonta à decisão tomada magistralmente por Lênin para desencadear a insurreição, o debate contra as correntes que lhe foram opostas e os preparativos militares para desdobrar o ato revolucionário (5). Certamente, aqui são condensadas fortes correlações de forças sociais, além de haver acomodações de classes sociais e debates teóricos profundos sobre o poder, o Estado, os caminhos para a revolução, etc. No entanto, que um partido político passe a considerar seriamente a tomada do poder pela via insurrecional não é uma ocorrência inesperada. No caso russo, por que os bolcheviques e não outro partido? Por que em outubro e não em outro mês ou ano? Por que um levante armado e não eleições? Porque era antes de tudo necessário promover um desenvolvimento sem precedentes das lutas de classes a fim de que fosse possível trazer à luz as “contradições que haviam amadurecido ao longo de décadas e até séculos”(6); era necessário observar o surgimento de uma predisposição social, a radicalização coletiva das classes subalternas a fim de que milhões(7) se lançassem às ruas, às assembleias e aos debates públicos sobre o destino comum da sociedade. Era necessário que a própria sociedade criasse, por sua própria experiência, formas organizativas territoriais, que assumissem em suas mãos a deliberação e o controle dos assuntos comuns, os soviets, que, de fatos, criavam uma dualidade efetiva de poderes, em relação à qual os bolcheviques não fizeram mais que propor a sua implementação a nível nacional. E, é claro, também era necessário um longo e paciente trabalho anterior de influência, presença e liderança política e moral dos bolcheviques junto às classes trabalhadoras, especialmente as operárias, que permitissem aos seus slogans e ações não só encontrar o respaldo das classes trabalhadoras e insurgentes, mas, acima de tudo, que o processo revolucionário fosse dirigido, executado e enriquecido por elas(8). Tudo isto representou a revolução em movimento.

Portanto, a revolução não é um episódio pontual, “datável” e fotografável, senão um longo processo, de meses e anos, no qual as estruturas ossificadas da sociedade, das classes sociais e das instituições se liquidam e tudo, absolutamente tudo o que antes era sólido, normal, definido, previsível e ordenado, se desmancha em um caótico e criativo “turbilhão revolucionário”(9).

Na verdade, a revolução soviética de outubro começou antes, em fevereiro, quando, em meio ao descontentamento generalizado em relação à falta de pão em Petrogrado, se somam às grandes marchas do “povo comum” da cidade(10), as

greves dos operários e, de maneira decisiva, o motim dos soldados recém-recrutados para engrossar um Exército golpeado e desmoralizado por derrotas militares na guerra contra a Alemanha(11). A recusa dos soldados para reprimir a população e, em seguida, a sua incorporação na mobilização, ajudam a construir a confiança dos manifestantes em relação à efetividade da sua mobilização, um ponto decisivo para a articulação em cadeia de novos contingentes que depois de muitos anos começam a experimentar novamente a eficácia da ação coletiva(12). De repente, as ruas são preenchidas com pessoas de diferentes classes sociais que participam de marchas e protestos: estudantes, comerciantes, funcionários públicos, motoristas de táxi, crianças, senhoras, trabalhadores, soldados, em uma mistura festiva da multidão que ocupa os emblemas geográficos da cidade: avenidas, ruas e monumentos.

Os moradores alimentam os revolucionários em suas cozinhas ... os donos dos restaurantes alimentaram os soldados e os trabalhadores sem cobrar nada ... Os comerciantes transformaram suas barracas em bases para os soldados e em abrigos para as pessoas quando a polícia disparava nas ruas ... os taxistas declararam que só levariam os líderes da revolução. Estudantes e crianças tornaram-se pombos correios aos quais soldados veteranos obedecem. Todos os tipos de pessoas se apresentaram com a intenção de ajudar os médicos a cuidar dos feridos. Era como se as pessoas da rua, de repente, tivessem se unido através de uma grande rede de nós invisíveis, e isso foi o que lhes garantiu a vitória(13).

O Palácio de Inverno caiu, o czar abdicou e começaram a ser formados conselhos de deputados trabalhadores, camponeses e soldados: os soviets, que se expandiram territorialmente por todo o país, tornaram-se órgãos de deliberação e execução política das massas trabalhadoras, ou seja, órgãos do poder. Foi a primeira fase do que Marx chamou de “ondas” da revolução(14).

Se bem que, desde 1913, Lênin e os bolcheviques estivessem atentos e teorizando sobre o surgimento de uma “situação revolucionária”, bem como de uma “crise política nacional” na Rússia (15), a revolução aconteceu devido a uma combinação excepcional de fatores que surpreendeu a todos os revolucionários russos. Até Lênin, um mês antes do início de fevereiro, afirmou o seguinte: “nós, da velha geração, talvez, não chegaremos a testemunhar as batalhas decisivas dessa revolução futura” (16). Então, é óbvio que nenhuma revolução verdadeira tem sua data fixada de antemão, nem é o seu resultado calculado, ainda que seja ela impulsionada pelo mais eficiente, perspicaz ou inteligente partido ou intelectual revolucionário.

As revoluções são eventos excepcionais, raríssimos, que combinam, de maneira nunca antes imaginada, correntes de pensamento das mais diferentes e contraditórias, que lançam toda a sociedade, antes indiferente e apática, à ação política autônoma. O próprio Lênin o admitirá com surpresa quando afirma que a revolução resulta de uma “situação histórica profundamente original”, na qual se unem “de forma assombrosamente harmoniosa “ correntes absolutamente diferen

tes, interesses de classe absolutamente heterogêneos, aspirações políticas e sociais absolutamente opostas”(17). Certamente, é possível que, entre essa pluralidade de circunstâncias que se entrelaçam de forma original, o trabalho de organização, propaganda, difusão e debate levado à cabo pelos revolucionários ajudara os preparativos para a revolução. Mas, uma vez que sobreveio a revolução, todo esse paciente e laborioso trabalho prévio das organizações revolucionárias (o antigo topos marxista (18) se constituiu como uma corrente interna dentro do impetuoso fluxo revolucionário, e o reforço ou enfraquecimento desse fluxo da luta de classes ou, em suma, a irradiação daquela torrente social liberada como força politicamente dirigente e moralmente aceita, passava a depender das ações conscientes promovidas, a partir daquele momento, pelas várias organizações político-intelectuais.

Em 1921, Lênin disse: “Nós triunfamos na Rússia, e com tanta facilidade porque preparamos nossa revolução durante a guerra imperialista. Esta foi a primeira condição”(19). E ele está certo, porque durante a Primeira Guerra Mundial (que estoura em 28 de julho de 1914), os bolcheviques, já com o acúmulo do exílio czarista e da revolução de 1905, desencadeiam uma intensa atividade de propaganda, agitação, assim como um trabalho clandestino de auto-organização no interior do Exército russo (20). Por esta razão, quando as tropas deste Exército, em retirada para as comunidades rurais ou aquarteladas nas cidades, começam a atuar decisivamente nas mobilizações e motins contra seus oficiais, elas reforçam o prestígio bolchevique na condução dos eventos e os introduzem nos soviets de trabalhadores e soldados por meio da sua participação nestes espaços, aumentando a influência dos comunistas nas forças ativas da sociedade. Mas a arte política e a engenhosidade dos revolucionários são, definitivamente, postas à prova uma vez que a revolução acontece.

No interior das massas plebeias politizadas, de operários, camponeses e nos bairros, pululam tendências político-ideológicas múltiplas. Por um lado, existem correntes conservadoras, que, não obstante aplaudam a remoção do despotismo czarista, vêm com grande preocupação a desintegração da ordem política e da previsibilidade do mundo à qual elas estão acostumadas, pelo o que exigem “mãos de ferro” para acabar com a “anarquia” reinante. Por outro lado, há os revolucionários moderados que concentram sua atenção na ordem redistributiva da grande propriedade agrária e que pretendem acomodar e limitar o mundo à democratização da pequena propriedade rural urbana; aí se encontram as correntes de artesãos, trabalhadores e soldados atingidos pela fome e pelo desemprego, que buscam assegurar-se de que o novo estado de coisas lhes garanta comida e um salário digno pelo seu trabalho. Depois, há a corrente dos revolucionários, operários e intelectuais radicais, que veem a oportunidade de tomar, eles mesmos, o domínio sobre o país a fim de resolver os problemas da guerra e da fome, ao retirar os grandes capitalistas do poder. Finalmente, existe a tendência dos ultrarrevolucionários que acreditam ser possível abolir, de um dia para o outro, o mercado, o trabalho assalariado, o Estado e a autoridade, para instaurar uma experiência de autogover-

no popular local (21). Em suma, as tendências, as facções de classe e os partidos políticos (vários dos quais representam parte dessas tendências), referem-se a muitas revoluções, que, por sua vez, se desdobram dentro da “revolução”; pelo o quê a influência de cada movimento tático, slogan, chamada ou proposta na ação dos soviets, nas orientações e ações das pessoas mobilizadas depende do eco que eles possam ter na multidão ativa.

Aparentemente, não é possível prever o início de uma revolução; contudo, uma vez que ela irrompe, o seu curso depende de ações táticas, iniciativas e slogans conscientemente planejados por pessoas e organizações políticas, que têm a capacidade de desencadear as potencialidades sociais e os estados de espírito latentes na grande maioria da sociedade mobilizados. Assim, é possível argumentar que uma revolução é, por excelência, uma intensa guerra de posições e uma concentrada guerra de movimentos(22) ideológico-políticos na qual o curso, orientação e resultado do processo insurgente é definido dia a dia.

Lênin afirma que “os bolcheviques triunfaram, em primeiro lugar, porque foram apoiados pela grande maioria do proletariado”(23). E não se trata de uma frase retórica, mas de todo um programa de trabalho partidário voltado à construção da hegemonia política nacional, que define o curso socialista da revolução. Os soviets - os autênticos órgãos do poder político das classes plebeias - surgiram em fevereiro de 1917 e se espalharam rapidamente por toda a Rússia. De umas dezenas em fins de abril, eles passam a 900 em outubro daquele ano(24). Do mesmo modo, os Comitês de fábrica, órgãos de defesa e administração das empresas acometidas pelo abandono patronal, surgem nas fábricas estatais e se difundem para as principais empresas privadas nas cidades (25). E, o que é mais importante, a força vital da sociedade, principalmente urbana, mas também rural, é canalizada através dessas estruturas revolucionárias criadas autonomamente pelas massas populares, “por iniciativa direta das massas de baixo”, ultrapassando os sindicatos e os partidos.

O governo provisório (que surge na queda do Czar) não tem poder real de nenhum tipo, e suas ordens se aplicam somente na medida permitida pelo Soviete dos deputados de trabalhadores e soldados. Este último controla a força mais essencial do poder, já que as tropas, as ferrovias e os serviços postais e telegráficos estão em suas mãos. Pode-se afirmar com franqueza que o governo provisório existe apenas na medida em que o Soviete o permita(26).

Isso significa que o destino da revolução dependia dos soviets, a criatura mais pura e representativa do movimento. Quando em suas famosas “Teses de Abril”, Lênin defende “que todo o poder do Estado passe aos soviets” (27), já o faz sabendo que bolcheviques são minoria: representam menos de 4% dos delegados nos soviets de Petrogrado e Moscou (28). Mas, tudo o que, então, propõe ao partido (slogans, iniciativas e diretrizes organizacionais) destina-se a transformá-lo na força motriz e condutora das ações e iniciativas das massas organizadas nos soviets e, em geral, das classes sociais trabalhadoras em todo o país.

Os slogans para acabar com a guerra, redistribuir a terra entre os camponeses e ocupar as fábricas (abril); pressionar o governo provisório, resistir à repressão interna (junho e julho), retirar o slogan do poder aos soviets (submetendo-lhes, então, ao governo provisório); de se mobilizar desde as fábricas e os soviets contra as tentativas de golpe de estado reacionários (agosto); de retomar o slogan de todo o poder aos soviets quando os bolcheviques se tornam, novamente, maioria neles (setembro); a adoção pelos bolcheviques do programa agrário proposto pelo partido “socialista revolucionário” semanas antes da sublevação (29); demonstram, em toda sua magnitude, uma intensa luta pela hegemonia política nas classes subalternas.

De fato, já em outubro de 1917, os bolcheviques são o poder ideológico-político do processo revolucionário. Em maio, dirigem a maioria dos Comitês de Fábrica das principais indústrias (30); em agosto, sua influência sobre as tropas aquarteladas nas cidades é de tal magnitude que se torna possível evitar a obediência das tropas ao governo provisório e ao comando militar oficial(31). No final de julho, embora não possuíssem relações com nenhum órgão da grande imprensa, alcançam uma tiragem de mais de 350 mil cópias diárias dos seus vários jornais, distribuídos nas fábricas e nos quartéis(32). Em setembro, eles assumem o controle do Soviete de Petrogrado, enquanto seus slogans são defendidos na maioria dos demais soviets - mesmo naqueles que permanecem sob a influência dos partidos centralistas; os conselhos dos soldados os têm à frente dos principais regimentos militares; e as principais guarnições respondem tecnicamente ao partido bolchevique (33). As fábricas estão tomadas, sendo os bolcheviques os únicos a defenderem a necessidade deste ato necessário para garantir o trabalho dos trabalhadores. Assim, com a adoção do programa agrário do partido camponês - que se recusa a implementar unilateralmente seu próprio programa, plenamente aceito nas áreas rurais - os bolcheviques consolidam o seu poder ideológico, uma liderança moral e uma liderança política para a grande maioria da sociedade mobilizada. Fige argumenta:

A polarização social que se produziu durante o verão proporcionou aos bolcheviques seu primeiro apoio massivo como um partido que baseou sua reivindicação principal sobre a rejeição plebeia de toda autoridade superior. (...) As maiores fábricas das principais cidades, onde o sentido de solidariedade de classe entre os operários era mais avançado, foram as primeiras a aderirem em grande número aos bolcheviques. No final de maio, o partido já havia obtido o controle do escritório central dos comitês de fábrica, ao passo que os sindicalistas mencheviques continuaram uma trajetória ascendente até 1918, inclusive, obtendo a aprovação das suas resoluções em assembleias sindicais importantes. (...) Os bolcheviques obtiveram avanços relevantes nas eleições da Duma (parlamento) na cidade em agosto e setembro. Em Petrogrado, aumentaram sua porcentagem de voto popular, passando de 20% em maio para 33% em 20 de agosto. Em Moscou, onde os bolcheviques obtiveram apenas 11% em junho, chegaram à vitória em 24

de setembro, com 51% dos votos(34).

Na realidade, o levante de outubro simplesmente consagrou o poder real anteriormente alcançado pelos bolcheviques em todas as redes ativas daquela sociedade laboriosa. Mais que conquistar o poder - que eles já haviam conquistado em toda a estrutura reticular da sociedade subalterna russa -, a insurreição anulou o corpo zumbi do antigo poder burguês plasmado às antigas instituições do estado. A insurreição culminou com um longo processo de construção fundamentalmente ideológica-política do poder da sociedade, o desconhecimento e a substituição do antigo poder do Estado; além de iniciar a concentração monopolista desse poder constituído a partir da sociedade sob a forma do estado, do poder estatal institucionalizado. Dado o caráter plebeu da Revolução Russa e, em geral, de qualquer revolução, essa construção social do poder de baixo para cima, necessariamente, aparece mais do que como uma “dualidade de poderes”(35), como “uma multidão de poderes locais”(36). Em 1918, V. Tijomirnov comenta:

Havia soviets da cidade, soviets de aldeia, soviets de selo e soviets suburbanos. Essas entidades não reconheceram [a legitimidade política de] ninguém além de si mesmas e, se elas vieram a reconhecer alguém, era apenas até “o grau” que poderia ser [considerado] vantajoso. Cada sovieta vivia e lutava de acordo com o que as condições que lhe eram circundantes permitiam, [viviam] como podiam e queria fazê-lo(37).

Nos meses seguintes, o processo de centralização desses múltiplos poderes plebeus representa o processo de estatização do poder político disperso na sociedade.

As aparentes antinomias da revolução

Em suma, e em primeiro lugar, as revoluções são, portanto, longos processos históricos de semanas, meses ou anos, que tornam fluidas as relações de poder prevaletentes para estabelecer uma nova ordem de controles, influências e propriedades, inicialmente fragmentada, sobre os setores ativos da sociedade. Dentro do movimento da história interna das classes sociais, uma revolução modifica drasticamente a arquitetura das relações entre elas, expropriando os bens e o prestígio de algumas delas, redistribuindo-os parcial ou totalmente entre outras classes ou blocos de classe que, naquele momento, ocupam posições de decisão ou influência sobre esses bens.

Em segundo lugar, uma revolução é o colapso das estruturas de poder moral das antigas classes dominantes, a dissolução das ideias dominantes e de influências que consagram a passividade das classes subalternas(38). As tolerâncias morais entre governantes e governados se fluidificam, dando origem a iniciativas políticas diretas das classes trabalhadoras que vão produzindo, armando ou aceitando novos esquemas discursivos, novas estruturas morais ordenadoras do papel dos indivíduos na sociedade. Esta luta é o motor de toda a revolução e dos seus resultados surge uma institucionalidade capaz de objetivar o magma social, isto é, organizar

e regularizar as intenções modificadas, seja nos bens comuns da sociedade, seja em relação aos bens privados, abrindo espaço para uma nova estrutura estatal, adequada a nova estrutura da propriedade e à intervenção classista. Isto significa que as revoluções são conquistadas pela primeira vez na própria sociedade, com a liderança política e organizativa ativa em relação às classes subalternas; tornando-se, somente depois, uma estrutura estatal, e, ainda, logo mais, a monopolização e a unidade de poder. Todas as histórias das revoluções políticas e sociais do século XX e XXI têm, inevitavelmente, essas características.

Na realidade, uma revolução é múltipla e contraditória; ela é acompanhada por diversas iniciativas desenvolvidas pelas várias classes e frações de classe concorrentes e são construídas ao longo da própria revolução. Uma revolução é a destruição de velhas relações de propriedade e prestígio, para dar origem a novas relações de propriedade material e legitimidade estatal. Uma revolução é, em resumo, a luta feroz pelo novo monopólio duradouro das influências político-ideológicas da sociedade, para novas hegemonias de longo prazo. Assim, qualquer revolução também é uma forma de nacionalizar a sociedade(39).

1. Participação revolucionária armada ou participação eleitoral democrática

Por isso, a oposição entre revolução e democracia é um falso debate. Afirma-se que a democracia é um regime de participação pacífica da sociedade nos assuntos políticos, que garante os direitos do povo; enquanto a revolução é um fato violento que ignora esses direitos(40). Como é possível constatar ao se estudar qualquer revolução, se existe algo que caracterize o processo revolucionário é a incorporação rápida e crescente de pessoas de diferentes classes sociais como participantes dos assuntos públicos de uma sociedade. Pessoas apáticas, que antes eram convocadas a eleger representantes a cada quatro ou cinco anos para tomar decisões em seu nome, com a revolução, rompem essa complacência diante das elites governantes e passam a se envolver, discutir e participar da definição de assuntos comuns de uma sociedade. De início, todos se tornam especialistas em tudo; todos acreditam ter o direito de expressar suas opiniões e decidir sobre as questões que os afetam.

Um jornalista americano que estava na Rússia durante os primeiros meses da revolução fez os seguintes comentários:

Os servos e os porteiros das casas pedem conselhos quanto ao partido que devem votar nas eleições distritais. Todos os muros da cidade estão cheios de cartazes de reuniões e conferências, congressos, propaganda eleitoral e anúncios (...) Dois homens discutem numa esquina e imediatamente estão envolvidos por uma multidão entusiasmada. Mesmo em concertos, a música já está diluída pelos discursos políticos de falantes famosos. A perspectiva Nevsky tornou-se uma espécie de Quartier Latin. Os vendedores de livros enchem as calçadas e anunciam aos gritos folhetos sensacionalistas sobre Rasputin e Nicolás, sobre quem é Lênin e sobre a quantidade de terra que os camponeses deverão receber(41).

Para parafrasear Rancière, uma revolução é uma espécie de “viralização” das “partes que não têm parte”(42), de assuntos políticos constituídos na ação em curso que tornam tangíveis deficiências, necessidades ou direitos e que assumem diretamente a solução das referidas “partes”. Na verdade, uma revolução é a realização absoluta da democracia, porque as pessoas de um povo, que antes depositavam nos “especialistas” a gestão dos bens comuns que os implicam, agora assumem responsabilidade direta sobre os assuntos comuns, compreendendo tal responsabilidade como uma necessidade própria. E então, de repente, o comum se torna uma questão sobre os bens comuns; todos se tornam deputados, sentem-se ministros e são moralmente obrigados a falar por si mesmos, a definir por si mesmos as coisas que os afetam. É uma democracia absoluta em ação que eleva a participação da sociedade em assuntos políticos a níveis nunca alcançados por eleições eleitorais.

De certa forma, uma revolução, com as suas assembleias multiplicadas por toda parte, nas quais se discutem questões de interesse público, com conselhos deliberativos em locais de trabalho, bairros, escritórios ou comunidades, definindo racionalmente a condução de seus vínculos compartilhados, é o horizonte alcançado pelas propostas sobre “democracia deliberativa”(43); com a adição de que, no caso do processo revolucionário, a desigualdade na influência deliberativa que emerge da desigualdade de acesso aos bens culturais, acadêmicos ou informativos que originam a manipulação ou a elitização das deliberações, é neutralizada porque fundida à execução conjunta da deliberação. Claro, se a deliberação é imediatamente uma execução conjunta por parte dos deliberadores, para que ela possa ocorrer, as desigualdades comunicativas devem ser previamente neutralizadas, a fim de garantir ampla adesão aos seus efeitos práticos. Desta forma, a deliberação torna-se uma atividade social radiante sem os limites da microterritorialidade local a que se referem os filósofos.

Por outro lado, na medida em que as revoluções são momentos constitutivos da hegemonia, isto é, de direção e dominação(44), essas lutas são resolvidas fundamentalmente nas ideias, nos pré-conceitos e nas inclinações morais dominantes do povo. É por isso que as revoluções são, por excelência, lutas e mudanças drásticas na ordem e nos esquemas mentais com os quais as pessoas interpretam, conhecem e atuam no mundo. Daí a sua qualidade democrática e deliberativa, mas também a sua natureza fundamentalmente pacífica. Se a revolução rompe a tolerância moral entre os governantes e os governados para substituí-la por uma nova estrutura de afecções morais e esquemas cognitivos da realidade, essa transformação do mundo simbólico das pessoas é realizada principalmente através do conhecimento, da dissuasão, da convicção lógica, da adesão moral e do exemplo prático; isto é, através de métodos pacíficos de convencimento.

Quando na Rússia revolucionária, os soldados abandonam seus capacetes desconsiderando a antiga hierarquia militar; quando as mulheres que saem nas ruas escolhem usar calças e botas militares, revogando a velha ordem social e sexual; quando os garçons marcham rejeitando as gorjetas e reivindicando um tratamento

digno para o seu trabalho; quando as trabalhadoras domésticas exigem um tratamento mais formal (45) do que o usado com os criados; em suma, quando os camponeses queimam as casas dos proprietários que governaram suas vidas durante séculos, ou quando os trabalhadores ocupam as fábricas para fazê-las trabalhar por eles e sobre o seu comando, toda a ordem lógica da velha sociedade é literalmente revertida pela força de uma decisão moral dos subalternos, que ao encampá-la, abandonam automaticamente a subalternidade (46). Assim, a revolução se revela uma revolução cultural, uma revolução cognitiva que transforma o impossível e o impensável em realidade. Os preceitos lógicos, as normas morais, o conhecimento e as tradições que anteriormente uniam todas as dominações, agora, explodem em mil pedaços e permitem outros critérios morais e outras formas de conhecimento, outros motivos lógicos que colocam o dominado, isto é, a grande maioria das pessoas, como construtoras de uma ordem em que governam, decidem e dominam.

Em tudo isso, há a pluralidade das ideias, a mídia plural, a liberdade de associação; isto é, o conjunto dos direitos democráticos próprios das sociedades modernas joga um papel decisivo e insubstituível. Sem liberdade de associação, de que tipo de assembleias ou conselhos podemos falar? Sem pluralismo, qual é o tipo de deliberação, de liderança intelectual e moral pode ser construída? Nenhuma! Por isso, as liberdades e garantias democráticas são apresentadas como o único terreno úmido e fértil em que qualquer processo revolucionário pode crescer; e, às vezes, o ponto do início das revoluções é, justamente, a conquista desses direitos.

Isso faz com de toda revolução - e as revoluções latino-americanas do início do século XXI não são uma exceção - um fato democrático por excelência e pacífico por natureza. Somente circunstâncias excepcionais, de violência armada contrarrevolucionária que bloqueiam a conversão da convicção socialmente constituída em uma instituição estatal regularizada, levam à necessidade de uma ação armada e vigorosa para desbloquear o fluxo revolucionário. No caso da revolução soviética, as ações violentas do governo conservador em julho de 1917 proíbem o partido bolchevique, buscando reprimi-lo violentamente e, depois, elimina-lo fisicamente por meio de um golpe de Estado, o que leva Lênin a abandonar a convicção de que a revolução poderia triunfar pacificamente: “a via pacífica de desenvolvimento tornou-se impossível (...) todas as esperanças de um desenvolvimento pacífico da revolução russa desapareceram para sempre”(47), diz ele, forçado a se refugiar na Finlândia e a preparar, então, o caminho da insurreição.

Portanto, na medida em que um curso revolucionário bloqueado, ou seja, o processo de constituição de uma nova hegemonia cultural revolucionária é sitiada e cercada por meios violentos contrarrevolucionários que cerceiam a capacidade organizativa e deliberativa da sociedade, obrigando as forças emergentes e as classes a defender e a libertar a torrente emancipatória que emergiu previamente, apenas se pode falar do caráter revolucionário do método de luta armada, guerrilha, insurreição ou guerra prolongada. Assim, a luta armada aparece então como um facilitador da implantação das capacidades democráticas da própria sociedade

e, apenas nestes termos, como um fato revolucionário.

2. *Guerra de movimento ou guerra de posições*

Uma segunda interpretação equivocada da revolução soviética, ligada à anterior, é a que as revoluções são um tipo de “guerra de movimentos”, uma estratégia de ataque rápido que pode ser levada adiante em países com uma sociedade civil fraca, “gelatinosa”, algo típico das sociedades “asiáticas” caracterizadas por Estados que absorvem tudo, mas com fracas hegemonias políticas; enquanto nas sociedades ocidentais, pela presença de um Estado apoiado por uma sociedade civil robusta com inúmeras trincheiras e fortificações construídas pelo próprio poder do Estado, que sustentam o poder da classe apesar do enfraquecimento do aparato estatal, seria necessário empregar persistentemente uma estratégia de “guerra de posições”, de paciente assédio às fortalezas e casamatas da sociedade civil. Gramsci introduz essa diferenciação para explicar o conceito de “frente única”, proposto por Lênin nos debates da Internacional Comunista.

No Oriente, o Estado era tudo, a sociedade civil era primitiva e gelatinosa; no Ocidente, entre o Estado e a sociedade civil, havia uma relação justa e, sob o Estado, uma estrutura robusta da sociedade civil era evidente. O Estado era apenas uma trincheira avançada, atrás da qual havia uma cadeia robusta de fortalezas e casamatas; em maior ou menor grau, de um estado para outro, entende-se, mas isso precisamente exigiu um reconhecimento exato do caráter nacional(48).

Ao longo da história moderna, é possível que seja mais difícil encontrar nos Estados europeus ações lançadas para “sufocar” as aspirações populares, porque são países “onde não se pisa nas leis fundamentais do Estado ou não se vê o despotismo dominar”(49), o que levaria, segundo Gramsci, a um enfraquecimento da luta de classes. No entanto, o fenômeno do fascismo europeu de meados do século XX mostra que a imposição, o pisoteamento das leis, a arbitrariedade e a violência estatal desenfreada, em sua excepcionalidade, não são estranhos à cultura política ocidental. Por quê essas circunstâncias não conduzem a um movimento revolucionário vitorioso é assunto para outro debate. No entanto, existe uma verdade irrefutável nisso: para um observador estrangeiro que visita a Europa ou os Estados Unidos, uma das primeiras experiências chocantes é ver que, em paralelo ao funcionamento regular das instituições governamentais e às condições de satisfação das necessidades básicas da maioria da população, há uma apodítica interiorização dos preceitos do ordenamento social por parte dos cidadãos; como se a lógica de estado estivesse entranhada na pele das pessoas, em um tipo de estado individuado, que não exige um aparato repressor evidente para a reprodução da ordem. Assim, quando alguém quebra uma regra, a presença rápida, oportuna, pontual e brutal das forças de segurança infunde uma maior indolência em relação ao destino dos demais. Como afirma Gramsci, onde há uma ordem que funciona, torna-se mais difícil lutar para que esta ordem seja substituída por algo novo. De toda forma, mais do que uma sociedade civil sólida e “equilibrada” em relação ao

Estado, trata-se de um estado muito forte e ramificado nos poros mais íntimos da sociedade civil - algo como uma sociedade estatal civilizada -, o que certamente faz com que o aparelho governamental, apesar das rachaduras que possa vir a apresentar em algum momento, encontre uma infinidade de trincheiras, aprovisionamentos, substituições e apoios, que o tornam resistentes e muito mais sólido do que os Estados menos ligados à sociedade civil. Talvez a obsessão da academia norte-americana pelo estudo dos “papéis”(50) seja a sombra desta onipresença reticular da ordem estadual na ordem individual dos cidadãos.

Assim compreendidas as coisas, a lógica gramsciana poderia ser revertida: as sociedades “orientais” têm uma sociedade civil mais vigorosa e ativa e um estado mais gelatinoso e frágil, apesar do seu caráter despótico - de fato, a arbitrariedade substitui a falta de adesão social ou o apoio estrutural; por outro lado, as sociedades “ocidentais” têm um Estado onipresente porque ele está profundamente enraizado na sociedade civil, mais plurais e diversas, embora politicamente menos ativas e imersas em um tipo de conformismo civil generalizado.

3. Excepcionalidade histórica ou disponibilidade social universal

Mas, independentemente do modo de composição política da sociedade contemporânea (51), a universalidade da revolução soviética reside precisamente na vitória cultural, ideológica, política e moral das correntes bolcheviques na sociedade civil, nas suas organizações plebeias mais ativas, antes e como condição de possibilidade à própria insurreição. Lênin se refere a isso quando afirma categoricamente que os bolcheviques triunfam porque têm o “apoio da grande maioria do proletariado”. E esse respaldo, apoio, influência e liderança dos setores mobilizados das classes plebeias até o ponto de “estarem dispostas a morrer” pela revolução, reflete a profunda transformação ideológico-moral que se havia produzido, entre abril e outubro de 1917, na mentalidade das classes subalternas; nos termos de Gramsci, mostra o sucesso do engajamento em uma “guerra de posições” fulminante contra as casamatas e as trincheiras da antiga sociedade civil. Em suma, a batalha pela liderança e pela condução política das classes populares mobilizadas é a chave da revolução; ao passo que a audácia insurrecional que derruba definitivamente o antigo poder estatal é uma contingência emergente do curso da luta anterior pela hegemonia.

Toda revolução é fundamentalmente uma transformação radical dos esquemas do sentido comum da sociedade, da ordem moral e da ordem lógica que monopoliza o poder político centralizado. O assalto armado ao Palácio de Inverno representa a eventualidade de um processo de profundas transformações ideológico-políticas que criam o poder político soviético, antes que se lhe endosse pela ocupação dos símbolos do poder institucional. Nesse sentido, pode-se falar de um “Lênin-gramsciano” que deposita na hegemonia cultural e política a chave para o momento revolucionário.

Não obstante, o que pode ser assumido como uma excepcionalidade russa,

mais que o seu caráter “oriental”, é a compreensão dos tempos dessa “guerra de posições”. Normalmente, a produção de um novo senso comum(52) e do monopólio dos esquemas normativos que orientam o comportamento diário das pessoas são processos de construção hegemônica de longo prazo. Podem passar décadas, mesmo séculos, durante os quais o conformismo moral e lógico com a dominação(53) vai sendo sedimentado nas estruturas mentais das pessoas, das classes e dos subalternos. Em geral, quebrar esses esquemas lógicos que comprimem os cérebros das pessoas é uma tarefa titânica, também de décadas, que requer, segundo Gramsci, “táticas mais complexas” e “qualidades excepcionais de paciência e espírito inventivo”(54). Na Rússia, isso acontece extraordinariamente mais rápido. Mas não devemos ignorar o fato de que havia uma guerra mundial que matava milhões de jovens do Império russo; que o país estava economicamente falido; que tinha arrastado sua população a condições de consumo inferiores às existentes anos antes; que havia uma estrutura mundial imperial que irrompia no seio de uma crise que promovia a sua reconfiguração, etc.

Esta excepcionalidade de circunstâncias que não se pode repetir para qualquer outro país ou momento, comprime os tempos, encurta os prazos e leva a sociedade russa a uma crise de hegemonia, uma disponibilidade social geral de novas certezas e uma porosidade e predisposição das classes populares para receber novas emissões discursivas capazes de ordenar o mundo, incorporando-as como sujeitos ativos e influentes desse novo mundo a ser erguidos. O que em outros tempos teria exigido décadas ou mesmo séculos, foi alcançado em meses, e é claro que algo assim dificilmente pode acontecer novamente em muito tempo. Exceções como essas, únicas e que não se pode repetir na história, geralmente ocorrem na vida de todas as nações e, em geral, são registradas na história como um tempo estranho, temporário e confuso turbulento. E quando essa excepcionalidade tumultuada da história é acompanhada por uma forte vontade política organizada que busca desencadear todas as potencialidades criativas contidas nesse tempo turbulento excepcional, as revoluções que mudam a história do mundo explodem. Isso aconteceu com a Revolução russa: o excepcional tornou-se regra, o poder tornou-se fluxo criativo e a luta por um novo senso comum tornou-se uma instituição. A convergência de contradições e disponibilidades sociais que paralisam a institucionalidade estatal, como aconteceu na Rússia em 1917, constitui uma excepcionalidade histórica. No entanto, o fato de que, em algum momento de sua história, um país apresenta uma fissura ou uma ruptura em sua armadura de estado reforçada, algum estupor em sua maquinaria social perfeita de letargia coletiva, de tal forma que um regime de novos apetites discursivos é habilitado é um fato universal. O fato de uma hegemonia estatal colapsar tão rapidamente é uma excepcionalidade histórica. Mas a existência de potencialidades emancipatórias, que democratizam o poder a partir das formas organizacionais das classes subalternas, é um fato universal. E, então, o papel de associações ligas ou partidos revolucionários está em assediar, cavar pacientemente - como uma velha toupeira - a força estatal e cultural

do regime dominante. E se a excepcionalidade histórica imprevisível toca a porta enquanto se vivo, é necessário aproveitar com uma vontade de poder inabalável cada resquício, fissura ou oportunidade a fim de identificar as potencialidades democratizantes acumuladas e inventadas pelas classes plebeias. É assim que devemos entender o trabalho dos comunistas revolucionários que, de acordo com o jovem Marx:

Não proclamam princípios especiais aos que desejam moldar o movimento [e] nos diferentes estágios de desenvolvimento por meio dos quais passa a luta entre o proletariado e a burguesia, eles sempre representam os interesses do movimento como um todo(55).

4. Momento jacobino leninista ou momento hegemônico de Gramsci

Há um momento específico, mas decisivo, o qual nenhuma revolução em curso pode ignorar, porque, dependendo da atitude frente a ela, a sua continuidade se põe em risco, dando lugar a uma fase de contrarrevolucionária terrível. Nos referimos ao momento jacobino ou ao ponto de bifurcação da revolução(56), que não tem nada a ver com a ocupação das instalações e símbolos do antigo regime, por sua vez, substituídos em suas funções e na condição de classe de seus ocupantes. Também não se trata do deslocamento e substituição das autoridades governamentais, legislativas e executivas do antigo Estado. As revoluções do século XXI mostram que é possível fazê-lo por meio de eleições democráticas. Ambos são momentos derivados do poder político-cultural previamente alcançado pelas forças insurgentes e, dependendo das circunstâncias, podem ser realizadas pelo processo pacífico, eleitoral ou, excepcionalmente como no caso da revolução russa, por meios armados.

Apesar disso, o que inevitavelmente exige um ato de força, demonstração de coerção, é a derrota do projeto de poder das classes deslocadas do governo. As antigas classes dominantes podem perder a direção cultural da sociedade por um tempo, à espera de tomar a iniciativa, uma vez que o “redemoinho social” passa, através da propriedade da mídia, das universidades e do peso das crenças impressas por décadas nas mentes das pessoas; eles podem perder o controle do governo, do Parlamento e parte de seus bens, mas preservam os recursos financeiros, os conhecimentos administrativos, o acesso aos mercados, os imóveis em outras áreas da economia, as influências e os negócios externos que os permitem temporariamente manter um poder econômico capilar na sociedade. Os bolcheviques assumiram o poder em outubro de 1917, mas o Banco Central continuou a entregar dinheiro aos representantes do antigo governo provisório até o final de novembro. Em janeiro de 1918, os funcionários dos ministérios ainda entraram em greve por não reconhecerem os novos ministros (57); da mesma forma que a burocracia dos governos locais continuavam sem obedecer ao novo governo, entrando os primeiros meses de 1919.

Portanto, o que velhas classes dominantes nunca aceitam de forma dialo-

gada é a anulação de seu projeto de poder, isto é, o sistema de influências, ações e meios através dos quais articulam sua persistência e sua projeção histórica como classe dominante. Na Revolução Russa, nem o governo provisório nem a assembleia constituinte, nem mesmo a tomada das instalações do Estado pelos bolcheviques, representaram a condensação da derrota do projeto político conservador; senão a guerra civil. O maior número de mortes, os maiores horrores da luta de classes, a mobilização mais extensa das forças contrarrevolucionárias internas e estrangeiras, os discursos cada vez mais anticomunistas e o confronto armado real entre os dois projetos de poder ocorreram durante a guerra civil (58), sendo, aí, definida a vitória da revolução, além das características do novo Estado. Lênin descreverá este momento decisivo com precisão:

No final de 1917 ... a burguesia ... o que disse foi: “antes de mais, vamos lutar pelo problema fundamental: determinar se vocês são realmente o poder do Estado ou apenas acreditam sê-lo, o problema, é claro, não será resolvido por decretos, mas por meio da violência e da guerra”...(59)

O ponto de bifurcação ou momento jacobino é esse epítome das lutas de classes desencadeadas por uma revolução. É uma vez que todas as classes ou blocos de classes com vontade de poder têm de reivindicar a unicidade e o monopólio do poder do Estado, o corpo estatal em conflito emerge em sua realidade desolada e arcaica: como “violência organizada”(60). É neste campo que se define a natureza do Estado novo ou antigo, o monopólio do poder político e a direção geral da sociedade para um longo ciclo estatal. Em geral, isso acontece após o deslocamento do governo pelas forças conservadoras, mas não pelo poder real. Em um texto extraordinário, Marx descreve esse momento quando afirma que a conquista do poder governamental pelo proletariado “não fará desaparecer seus inimigos ou a antiga organização da sociedade” e, portanto, “deve-se empregar meios violentos; logo, recursos governamentais”(61). Portanto, o momento jacobino é um momento em que os discursos são minguados, as habilidades de convencer são retraídas e a discussão sobre os símbolos unificadores torna-se opaca. A única coisa que permanece no campo de batalha é o emprego nu e cru da força a fim de resolver, de uma só vez, o monopólio territorial sobre a coerção e o monopólio nacional da legitimidade.

O momento jacobino na revolução cubana foi a Batalha de Girón (invasão da Baía dos Porcos); no governo de Salvador Allende, o golpe de Pinochet; na revolução bolivariana da Venezuela, a paralisação das atividades da PDVSA e o golpe de Estado em 2002; e no caso da Bolívia, o golpe cívico-prefeitural(62) de setembro de 2008. Em todas essas revoluções, o governo já estava nas mãos dos revolucionários e havia diferentes tipos de “governos divididos”(63), com algumas das câmaras legislativas ou dos governos regionais sob controle do bloco conservador. Mas, o que é mais importante, a força beligerante ainda tinha um projeto de poder, uma vontade de dominar e a posse visível de estruturas de poder político, a partir das quais buscava reorganizar uma base social de apoio, a defesa

das estruturas de propriedade econômica e apoio de meios armados (legais ou ilegais, internos ou externos) para retomar o mais rápido possível a luta pelo poder do Estado. Então, inevitavelmente, acontece um choque aberto de forças, ou, pelo menos, uma competição entorno da posse de forças de coerção, das quais só pode resultar a derrota militar ou a abdicação de uma das forças sociais beligerantes, isto é, a unicidade ou o monopólio final de coerção estatal.

O momento jacobino ou “Lêninista” - porque Lênin era um mestre neste tipo de operação política - é, em última análise, o momento redentor a unicidade do poder do Estado, a partir do qual será incutido um único projeto estatal nos cérebros das pessoas, nas instituições governamentais e nas próprias classes derrotadas. Portanto, a força derrotada entra em uma situação de dissolução ou desorganização e, pior de tudo, perda a fé em si mesma. Não é que as classes sociais derrotadas desapareçam; o que desaparece, por muito tempo, é a sua organização, a sua força moral, a sua proposta de país antes da sociedade. Materialmente são classes no processo de dominação, mas deixam, fundamentalmente, de ser um sujeito político. Consolidar esta derrota depende de que as forças sociais vitoriosas deem golpes pontuais no regime de propriedade dos grandes meios de produção, enfraquecendo suas estruturas organizativas da sociedade civil, incorporando suas bandeiras sobre o projeto vencedor, recrutando quadros administrativos, promovendo os vários tipos de transformismo político⁽⁶⁴⁾ da antiga intelligentsia, etc., dando origem a uma nova fase de irradiação da hegemonia correspondente ao período de estabilização do novo poder.

A importância deste momento “jacobino-Lêninista” consiste em instituir, de forma duradoura, o monopólio da coerção, dos impostos, da educação pública, da liturgia do poder e da legitimidade político-cultural. A contrapartida desta vitória sobre as forças conservadoras é a concentração de poder que, se não regulamentada continuamente, afeta as estruturas sociais de poder plebeu que haviam iniciado o processo revolucionário. A concentração e singularização real do poder implica a derrota do poder político das antigas classes ricas. No entanto, a contrafinalidade de tudo isso é que a democratização do poder nas estruturas populares, proletárias camponesas, jovens ou de bairro que iniciaram o processo revolucionário também seja afetada por esse estado de destino maquinal (qualquer estado) ao concentrar e impor sua singularidade. Concentrar o poder frente às antigas classes dominantes e, simultaneamente, distribuí-lo ante às classes operárias, a longo prazo, define o curso da revolução.

Em qualquer caso, ao momento gramsciano de construção da hegemonia político-cultural que erige o poder político das classes insurgentes na revolução - uma vez conquistado o governo pela via democrática -, sobrevém uma disputa aberta de forças, o momento jacobino-Lêninista, que define de forma permanente o problema da unidade do poder do Estado. Sem este momento essencial, a estratégia gramsciana pode vir a ser encurralada internamente e, mais cedo do que tarde, expulsa do poder político na forma de uma bem-sucedida contrarrevolução que irá

varrer despoticamente com todo o progresso organizacional e democratizante feito pelas classes sociais plebeias. Assim é que qualquer revolução com um momento gramsciano que não seja seguida por um momento Lêninista é uma revolução truncada e falida. Não há uma verdadeira revolução sem o momento gramsciano de triunfo político, cultural e moral de Gramsci, anterior à tomada do poder estatal. Mas tampouco é possível produzir a unidade do poder estatal e a dissolução do aparato controlado pelas antigas classes dominantes como sujeitos políticos portadores de um projeto de poder beligerante, sem a solução apresentada pelo momento Leninista.

A revolução soviética será o laboratório mais extraordinário e dramático dessa contradição viva entre centralização e democratização que define o destino desta e de qualquer revolução contemporânea.

5. Democracia local ou democracia geral. Democratização ou monopolização da decisão

O advento da revolução implode as hierarquias do antigo sistema social, incluindo as militares. Os soviets de soldados e camponeses e os Comitês militares nos quartéis, que desconhecem a autoridade militar para substituí-la por assembleias, mostram a natureza radical e a extensão do colapso do antigo poder estatal, constituindo-se como ponto de apoio para o fortalecimento de greves e conselhos dos trabalhadores nas fábricas. Cada quartel, região e cidade se desenvolvem como um mini estado com sua própria força autônoma de coerção. Apesar disso, durante a guerra civil desencadeada imediatamente, antes aos regimentos disciplinares e hierarquizados da contrarrevolução, apoiados por tropas estrangeiras invasoras, as tropas revolucionárias se mostram taticamente inferiores, fracas em face da força antagônica e fácil presa da derrota primeiro derrotas(65). A democracia excessiva dentro do instrumento da coerção armada, inicialmente necessária para colapsar a autoridade do antigo Estado, agora o arrasta ante à iminente derrota contra a contrarrevolução. A necessidade de impor disciplina militar e restabelecer hierarquias (acompanhadas, é claro, por comissários políticos à frente da formação política das tropas) faz do Exército Vermelho tomar a iniciativa e derrotar a invasão estrangeira e os exércitos contrarrevolucionários. A defesa da revolução triunfa, mas à custa da redução da democracia nos quartéis. Algo parecido acontece nos soviets camponeses e nos soviets e sindicatos operários. O núcleo da revolução é constituído quando os produtores diretos, trabalhadores e camponeses, iniciam o desmantelamento das antigas relações de poder produtivo. Isso acontece quando os proprietários de terras são deslocados e os soviets camponeses passam a ocupar a terra, distribuindo-a internamente entre os membros da comunidade agrária. Da mesma forma, a qualidade dos trabalhadores da revolução se destaca quando os Comitês de Fábrica assumem o controle da operação das empresas para evitar o despedimento de trabalhadores, o encerramento da empresa ou a perda de direitos trabalhistas.

No entanto, no momento em que cada fábrica começa a agir por conta própria, olhar apenas para o bem-estar dos seus trabalhadores sem considerar o bem-estar do resto dos trabalhadores de outras fábricas e dos habitantes das cidades ou dos camponeses; o momento em que os soviéticos camponeses só se preocupam com o suprimento de seus membros, deixando de lado os trabalhadores das cidades que estão sem comida; isto é, o momento em que cada instituição democrática de trabalhadores passa a concentra-se apenas em si própria sem levar em conta o conjunto dos trabalhadores e cidadãos do país, se produz uma hecatombe econômica que paralisa o intercâmbio de produtos e promove o egoísmo entre setores que, já sem condições de cooperar, resulta no declínio na produção, no fechamento dos negócios, no desemprego, na escassez, na fome e no desconforto em relação ao curso revolucionário.

Então, a curto prazo, a democracia local, desvinculada da democracia global (geral) em todo o país, leva a uma paralisia produtiva que empurra os próprios trabalhadores a perceberem como inimiga a revolução que todos, em conjunto, ajudaram a fazer. Mais do que o excesso de democracia em cada comunidade ou fábrica, trata-se da ausência de uma democracia geral, capaz de articular de todos os centros de trabalho e de orientar as iniciativas e necessidades de cada um deles, de cada comunidade ou fábrica agrária, com as necessidades e iniciativas do resto dos centros de trabalho em todo o país. Este desacordo entre as dimensões territoriais da democracia operária é o que causa, entre os próprios trabalhadores no plano local, o surgimento de desconfortos, aborrecimentos e inimizades contra a revolução que eles mesmos construíram. Até onde expandir ou restringir a democracia local? Como criar modos de participação democrática geral que permitam a uma experiência trabalhadora e camponesa articular iniciativas de todas as fábricas, comunidades rurais e bairros? Encontra-se ali no núcleo da continuidade da revolução e do socialismo. De fato, o comunismo representa a possibilidade de uma articulação geral do local sem qualquer tipo de mediação; a extinção do Estado que, a longo prazo, não é mais do que a realização final da revolução.

A impossibilidade temporária ou a lentidão da articulação nacional, geral e rápida entre todos os centros de trabalho e comunidades rurais, está presente em todas as revoluções sem exceção. É como se nos momentos iniciais da revolução, a capacidade de auto-organização direta dos trabalhadores alcançasse os centros de trabalho e as comunidades separadamente, de forma isolada e até mesmo contraditória, revelando os limites da experiência social e o peso do passado localista na ação revolucionária dos trabalhadores. Aparentemente, ainda não existem condições materiais para uma unificação política direta - sem mediação - dos trabalhadores, capaz de permitir um planejamento geral e direto entre eles. Então, diante do risco de que a sua própria obra revolucionária os devore ou os conduza a um confronto crescente motivado pelo egoísmo e por um localismo autodestrutivo, fechando as portas de uma entrada vitoriosa, militar e moral, à constituição de uma organização que assume a gestão do todo, que unifique as ações locais em direção

a um caminho, que encoraje as fábricas e as comunidades a se ajudar e que, ao fazê-lo, mantenha a revolução, torna-se necessário.

A presença desta organização especializada no universal, na administração do general, é o Estado. E, no caso da organização que administra as questões comuns e gerais das ações dos trabalhadores, é o Estado revolucionário que, enfim, através da sua centralização, protege a revolução do colapso econômico e do egoísmo localista, embora às custas de substituir a auto unificação dos trabalhadores pela administração monopolista deste, que é composto pelos mesmos trabalhadores, nascidos de suas próprias lutas e tem o olho em defendê-los, também constitui uma agência especializada para a concentração de decisões.

O paradoxo de cada revolução é que ela existe porque os trabalhadores quebram hierarquias, controles e assumem a condução de suas vidas; mas eles não conseguem fazê-lo em uma escala nacional, geral. E uma revolução se defende apenas se pode atuar a nível nacional, tanto contra a conspiração interna das antigas classes dominantes quanto contra a guerra externa das potências mundiais. Mas isso só é alcançado através de uma organização que começa a monopolizar decisões (o Estado), em detrimento da democracia local da própria revolução. Este fetichismo do Estado revolucionário e, em geral, de todos os Estados, não é superado proclamando sua “supressão”, o reino da anarquia ou o que quer que seja. A força dos acontecimentos impõe a derrota da revolução devido ao facciosismo interno dos trabalhadores e do cerco unificado da contrarrevolução, ou a criação de um estado revolucionário que está monopolizando decisões em detrimento do democratismo locais dispersos e debilitante.

Se a defesa da revolução enfraquece excessivamente a democracia local, sua energia íntima é perdida pela asfixia centralizadora; e se enfraquecer a centralização nacional, o cerco centralizado da contrarrevolução o afoga. Portanto, a administração dessa lógica paradoxal deve ser reforçada, de acordo com a correlação de forças, um dos polos contra o outro, sem anulá-lo, porque essa é a única maneira de manter vivo o curso da revolução contra o cerco contrarrevolucionário, mas também contra a fragmentação egocêntrica do pluralismo local. Enquanto as condições materiais da produção do vínculo político entre as pessoas não forem modificadas, como participantes de uma comunidade real que assumirá diretamente a gestão dos assuntos comuns de toda a sociedade, a mediação estadual será necessária. No entanto, a constituição desta comunidade real em geral, em substituição à “comunidade ilusória”(66) do estado, depende da construção de uma comunidade real de produtores livremente associados que gerenciem seus meios de subsistência materiais a um nível social universal, ou seja, depende de a superação da lei do valor que unifica os produtores não diretamente, mas abstratamente, através do trabalho humano abstrato. No final, a necessidade temporária de um estado revolucionário está ancorada na persistência da lógica do valor da mudança na vida econômica das pessoas. E a existência de um estado revolucionário, que por si só é uma antinomia, é ao mesmo tempo o caminho necessário e obrigatório para

dar curso à revolução, até que a contradição se dissolva em uma nova sociedade.

6. *Formar dinheiro e formar Estado*

A forma dinheiro tem a mesma lógica constitutiva que a forma Estado, e historicamente ambos correm paralelamente entre si. Tanto o dinheiro como o Estado recriam áreas de universalidade ou espaços de sociabilidade humana. No caso do dinheiro, isso permite a troca de produtos em escala universal e, com isso, facilita a realização do valor de uso dos produtos concretos do trabalho humano, que é incorporado no consumo (satisfação de necessidades) de outros seres humanos. Sem dúvida, esta é uma função da sociabilidade, da comunidade. No entanto, ela é cumprida a partir de uma abstração da ação concreta dos produtores, validando e consagrando a separação entre eles, que encaram as suas atividades como se fossem produtores privados. A função do dinheiro emerge desta fragmentação material entre os produtores/possuidores, que a reafirma, e a sobrepõe a eles, a longo prazo, dominando-os em sua própria atomização/separação como produtores/proprietários privados; embora apenas consiga fazer tudo isso e reproduzir esse fetichismo, porque simultaneamente recria comunidade social e a sedimenta, mesmo quando é uma sociabilidade abstrata, uma “comunidade ilusória” fraca que trabalha na ação material e mental de cada membro da sociedade. Do mesmo modo, o Estado une os membros de uma sociedade, reafirma um pertencimento e características comuns entre todos eles, mesmo que o faça por meio da monopolização (privatização) do uso, gestão e usufruto desses bens comuns.

No caso do dinheiro, esse processo ocorre porque os produtores não participam de uma produção diretamente social que lhes permita acessar os produtos do trabalho social sem sua mediação, mas como uma simples satisfação das necessidades humanas. Já no caso do Estado, isto se dá porque os cidadãos não são membros de uma comunidade real de produtores que produzam seus meios de existência e de convivência de forma associada, ligando-se diretamente, mas através do Estado. Por esta razão, é possível afirmar que a lógica das formas de valor e fetichismo da mercadoria, descrita magistralmente por Marx no primeiro volume de *O Capital*(67), é, sem dúvida, a lógica profunda que também dá origem à forma estatal e à sua fetichização(68).

Em suma, a proteção da revolução contra o cerco das classes ricas precisa do Estado revolucionário para assumir, temporariamente e apenas temporariamente, essa articulação nacional, essa unificação geral e essa visão do conjunto do movimento entre os distintos setores sociais; para garantir o funcionamento das fontes de trabalho, a circulação de bens materiais e, com isso, a proteção e defesa da revolução contra seus detratores, e, fundamentalmente, do passado que habita a cabeça dos revolucionários a fim de “se lembrem” de que antes viviam melhor. O que os bolcheviques fizeram ao assumir o controle dos soviets depois de outubro de 1917, começando a fundi-los com o Estado, mudando “o centro do poder industrial dos comitês de fábrica e os sindicatos para o aparato administrativo do Esta-

do” (69), foi precisamente isso. A preocupação frenética subsequente de Lênin, em seu debate contra Stalin e Trosky, sobre os limites da centralização do Estado em detrimento da democracia local, no caso de nacionalidades(70), de federação ou de sindicatos(71) em empresas, definirá a o futuro da revolução soviética e o que será entendido pelo socialismo como resultado da experiência prática das classes operárias.

Enfim, parece ser uma regra universal que os processos revolucionários são excepcionalidades presentes na longa história de todas as nações modernas. E isso requer um trabalho paciente e imaginativo de “guerra de posições” ideológico-cultural para abrir fissuras no quadro da sociedade civil e do Estado, o que pode contribuir para o surgimento excepcional de uma época revolucionária. É também uma regra universal que a liderança ideológico-política é constituída na vitória inicial e fundamental a ser alcançada no processo revolucionário antes da “tomada do poder”, característica que justamente lhe dá a qualidade de construção do poder político de baixo para cima. Aí está Gramsci e o alcance de seu pensamento. No entanto, conquistada, democraticamente, a institucionalidade do Estado, esta será efêmera e materialmente impotente ante a contrarrevolução despótica, se não garantir a unidade do novo poder e a derrota plena do poder conservador. Esse é Lênin e a influência de seu pensamento. E a partir daí, é possível novamente construir, expandir, reagir e sedimentar as novas estruturas mentais de tolerância lógica e moral da sociedade emergente da revolução. Mas isso, mais do que Gramsci novamente, é Durkheim.

NOTAS

*Doutora em Ciência Política, Pesquisadora PNPd/CAPES do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGRI/UERJ).

1. Ver: Figes, O. *La Revolución rusa 1891-1924. La tragedia de un pueblo*, Edhasa, España, 1990.

2. Hobsbawm argumenta que o “curto século XX” teria começado com a Primeira Guerra Mundial e terminado com a queda da União Soviética em 1989. Preferimos falar da Revolução Russa como o início do século porque, ao contrário da Primeira Guerra Mundial, que significou uma nova fase da mutação ininterrupta da geografia do estado continental, os efeitos da Revolução Russa polarizaram, como nunca antes, a luta política em escala mundial. Ver: Hobsbawm, Eric J. *Historia del siglo XX. 1914-1991*, Editorial Crítica (Grijalbo Mandadori), Barcelona, 1995.

3. Ver: Bataille, George, *La parte maldita*, Editorial Icaria, Barcelona, 1987.

4. Eisenstein dirigiu o filme “Oktyabr” (Outubro) em 1928, com o qual foi consagrado um importante diretor de cinema em todo o mundo, e no qual os eventos que ocorreram de fevereiro a outubro de 1917 são narrados.

5. Ver: Lenin, V. I., *Obras Completas*, T. 18: marzo de 1912 – noviembre 1912,

Ediciones Salvador Allende, México, 1978. Doravante, para se referir aos artigos incluídos nesta coleção, a abreviatura OC será usada, seguida do número de volume correspondente.

6. Ver: Lenin, V. I. “Jornadas revolucionarias” (31 de enero de 1905), en OC, T. 8, p. 100.

7. “... é um sintoma de toda verdadeira revolução, a rápida duplicação ou centuplicação do número de homens capazes de lutar uma luta política, pertencentes às massas trabalhadoras e oprimidas, anteriormente apáticas.” Lenin, VI, “O esquerdista”, doença da criança comunista” (27 de abril de 1920), em OC, T. 33, p. 191.

8. “Para uma revolução, é essencial, em primeiro lugar, que a maioria dos trabalhadores (ou pelo menos a maioria dos pensadores conscientes da classe, politicamente ativos) entenda plenamente que a revolução é necessária e que se esteja disposto a morrer por isso”. *Ibíd.*

9. Ver: Lenin V. I., “El triunfo de los Kadetes y tareas del Partido Obrero” (24-28 de marzo de 1906), en OC, T. 10, p. 249.

10. Ver: Figes, O., *op. cit.*

11. Ver: Pipes, R., *La Revolución rusa*, Debate, España, 1916, pp. 302-305; Bettelheim, Ch., *Las luchas de clases en la URSS, Primer Periodo, 1917-1923*, Siglo XXI Editores, México, 1980.

12. *Ibíd.*

13. Figes, O., *op. cit.*, p. 367.

14. “Mas o país que transforma nações inteiras em trabalhadores assalariados ao seu dispor, que com seus braços gigantes abraçam o mundo inteiro, o país que já se encarregou das despesas da Restauração europeia, o país em cujas curvas foram desencadeadas as contradições de classe do modo mais violento e sem vergonha - a Inglaterra - se assemelha a uma pedra contra a qual as ondas revolucionárias se quebram e que quer morrer de fome na nova sociedade ainda no útero “. Marx, C., “El movimiento revolucionario” (1 de enero de 1849), em Marx, C. y Engels, F., *Sobre la Revolución de 1848-1849*, Editorial Progreso, Moscú, 1981. “Paralisada por um momento pela agonia que se seguiu aos dias de junho, a República Francesa passou desde o levante do estado de sítio, a partir de 19 de outubro, por uma série ininterrupta de emoções febris: primeiro, a luta em torno da presidência, então, a disputa do presidente com a Constituinte, as lutas em torno dos clubes, o processo de Bourges, em que, diante das figuras do presidente, dos monarquistas coligados, dos republicanos “honestos” da Montanha democrática e dos doutrinários socialistas do proletariado, seus verdadeiros revolucionários apareciam como gigantes antediluvianos que só uma inundação pode varrer da superfície da sociedade ou que só podem preceder a uma inundação social, a turbulência eleitoral, a execução dos assassinos de Bréa; os contínuos processos da imprensa, as violentas intrusões policiais do governo nos banquetes, as insolentes provocações monárquicas, a exposição dos retratos de Louis Blanc e Caussidière; a luta ininterrupta entre a República constituída e a Assembleia Constituinte, uma luta que, a cada instante, remeteu a revolução ao seu ponto de partida, que a cada momento conquistou o vencedor e venceram o vencedor e derrubaram em um piscar de olhos olha a posição das festas e aulas, seus divórcios e suas alianças; a rápida marcha da contrarrevolução europeia, a gloriosa luta da Hungria, as revoltas armadas da Alemanha; a expedição romana, a ignominiosa derrota do exército francês diante

de Roma. Nesta turbulência, neste fardo da inquietação histórica, neste refluxo dramático e fluxo de paixões revolucionárias, de esperanças, de decepções, as diferentes classes da sociedade francesa necessariamente tiveram que contar seus estágios de desenvolvimento por semanas, como antes de terem contado por meio séculos “: Marx, K., “Las luchas de clases en Francia de 1848 a 1850”; en Marx, C. y Engels, F., Obras Escogidas, T. I., Editorial Progreso, Moscú, 1974, p. 259. “... las tres crisis revelaron una forma de demostración nueva en la historia de nuestra revolución, una demostración de un tipo más complejo, en la cual el movimiento se desarrolla por oleadas que suben velozmente y descienden de modo súbito, la revolución y la contrarrevolución se exacerban, y los elementos moderados son eliminados por un periodo más o menos largo”. Lenin, V. I., “Tres Crisis” (7 de julio de 1917), en OC, T. 26, p. 248.

15. Ver: Lenin V. I., “La celebración del primero de mayo por el proletariado revolucionario” (15 de junio de 1913) y “El receso de la Duma y los desconcertados liberales” (5 de julio de 1913), en OC, T. 19, pp. 465, 507-509.

16. Ver: Lenin, V. I., “Informe sobre la revolución de 1905” (enero de 1917), en OC, T. 24, p. 274.

17. Ver: Lenin V. I., “Cartas desde lejos” (Primera carta, 7 de marzo de 1917), en OC, T. 24, p. 340.

18. “E quando a revolução realizou esta segunda parte de seu trabalho preliminar, a Europa se levantará e gritará com júbilo: bem, você cresceu a toupeira velha”. Marx, C., El 18 Brumario de Luis Bonaparte, Fundación Federico Engels, Madrid, 2003, p. 104.

19. Ver: Lenin, V. I., “III Congreso de la Internacional Comunista” (22 de junio al 12 de julio de 1921), en OC, T. 35, p. 376.

20. Ver: Lenin, V. I., “Las elecciones de la asamblea constituyente y la dictadura del proletariado (diciembre de 1919), en OC, T. 32.

21. Ver (terceira parte): Rusia bajo la revolución (febrero de 1917-marzo de 1918), en Figes, O., op. cit.

22. “O mesmo acontece na arte política e na arte militar: a guerra de movimento se torna cada vez mais guerra na medida em que ela a prepara meticulosa e tecnicamente em tempos de paz. As estruturas maciças das democracias modernas, consideradas como organizações estatais ou como um complexo de associações que operam na vida civil, representam no domínio da arte política o mesmo que as “trincheiras” e as fortificações permanentes da frente na guerra de posição: eles tornam apenas “parcial” o elemento do movimento que anteriormente constituía o “todo” da guerra, etc. “. Gramsci, A., Notas sobre Maquiavelo, sobre la política y sobre el Estado Moderno, Ediciones Nueva Visión, Madrid, 1980, p. 101.

23. Ver: Lenin, V.I. “Las lecciones de la asamblea constituyente y la dictadura del proletariado” (diciembre de 1919), en OC, T. 32, p. 246.

24. Ver: Bettelheim, Ch., op. cit., pp. 59-60.

25. Ver: Pipes, R., op. cit., p. 442.

26. Ver: “Carta de A. Guchkov, ministro de Defensa del Gobierno Provisional, a M. Alexeev, Comandante en Jefe del Ejército Ruso, 9 de marzo de 1917”, en Figes, O., op. cit, p. 407. Ver también Pipes, R., op. cit., p. 350.

27. Ver: Lenin, V. I. “Las tareas del proletariado en la actual revolución”(7 de abril de 1917; contiene las célebres Tesis de abril), en OC, T. 24, p. 438.

28. Ver: Bettelheim, Ch., op.cit.
29. Lenin, V. I., “III Congreso de la Internacional Comunista” (junio-julio de 1921), en OC, T. 35, p. 360.
30. Pipes, R., op. cit., p. 442.
31. *Ibíd.*, p. 443.
32. *Ibíd.*, p. 444.
33. “La agonía del Gobierno Provisional”, en Figes, O., op. cit.
34. *Ibíd.*, pp. 509-511.
35. Ver: el Capítulo XI. “La dualidad de poderes”, en Trotsky, L. Historia de la revolución rusa, T. I., Marxists Internet Archive, s.l., diciembre de 2002.
36. Figes, O., op. cit., pp. 407, 408, 516 y 746.
37. Pipes, R., op. cit., p. 555. De acordo com este autor, de cada 5 empresas nacionalizadas, apenas uma é resultado da decisão do governo central, enquanto o resto, 80%, é produto da decisão dos soviets e autoridades locais. Pipes, R., op. cit. p. 750.
38. “A revolução de 1917 deve ser considerada como uma verdadeira crise geral de autoridade. Havia uma rejeição não só ao Estado, mas também a todos os representantes da autoridade: juízes, policiais, funcionários, oficiais do Exército e da Marinha, sacerdotes, professores, chefes, capatazes, latifundiários, anciãos da vila, pais patriarcais e maridos “. Figes, O., op. cit., pp. 407 y 367.
39. Ver: García Linera, A. Identidad boliviana. Nación, mestizaje y plurinacionalidad, Vicepresidencia del Estado, La Paz, 2014.
40. Ver: Aron, R., Introducción a la filosofía política. Democracia y revolución, Editorial Página Indómita, España, 2015.
41. Harold Williams, citado en Figes, O., op. cit., p. 417.
42. “A noção de “sem parte “[...] remete à figura de um sujeito político, que nunca pode ser identificado de imediato um grupo social particular. Por esta razão, [...]um povo político constitui um sujeito que encarna a parte dos sem parte - o que não significa “a parte dos excluídos”, nem que a política seja a irrupção dos excluídos, senão que a política é [...] a ação de sujeitos que se insurgem independentemente da distribuição da partilha e da fração social. [‘A parte dos sem parte’] [...]define a relação entre uma exclusão e uma inclusão [isto é ...] designa aqueles que não têm parte, aqueles vivem sem muito, e, ao mesmo tempo, designa, politicamente, a todos aqueles que não apenas são seres vivos que produzem, senão também sujeitos capazes de discutir e decidir os assuntos da comunidade [...] O coração da subjetivação histórica [dos “ sem parte” ...] tem sido a capacidade, não para representar poder coletivo, produtivo, operário, mas para representar a capacidade de qualquer um. Rancière, J., “Universalizar la capacidad de cualquiera” en El tiempo de la igualdad. Diálogos sobre política y estética, Herder, Barcelona, 2011, pp. 233-4.
43. Ver: Habermas, J., Facticidad y validez, Trotta, Madrid, 2008.
44. Lenin, V. I., “El impuesto en especie” (21 de abril de 1921), en OC, T. 35, pp. 200-239.
45. Nota da Tradutora (NT): Aqui, o autor alude à diferença, presente em diversos idiomas, entre um tratamento formal e informal relativo à 2ª pessoa do singular, em espanhol, “tú” e “usted”. Essa linguagem não faz sentido em português, de maneira que se optou por abandoná-la, referindo-se diretamente à demanda em questão: um tratamento formal como sinal do reconhecimento da agência e da subjetividade

feminina.

46. Ver (terceira parte): *Rusia bajo la revolución* (febrero de 1917-marzo de 1918), en Figes, O., op. cit.

47. Lenin, V. I., “Sobre las consignas” (julio de 1917), y “La situación política (Cuatro tesis)” (10 de julio de 1917), en *Obras completas*, Tomo 26, op. cit., pp. 266 y 254.

48. Gramsci, A., *Notas sobre Maquiavelo, sobre la política y sobre el Estado moderno*, Ediciones Nueva Visión, Madrid, 1980, p. 83.

49. Gramsci, A. “Tres principios, tres órdenes” (11 de febrero de 1917), en *Antología*, Siglo XXI Editores, Argentina, 2004, p. 22.

50. Ver Erving Goffman, *Encounters: Two Studies in the Sociology of Interaction*, Bobbs-Merrill Company, Inc., Indianapolis, 1961; também é possível revisar Linton, R., *The Study of Man. An introduction*, Applèton-Century-Crofts, Inc., Nueva York, 1936.

51. Sobre o modo de composição política da sociedade, ver Álvaro García Linera, “La nueva composición orgánica plebeya de la vida política en Bolivia”, discurso na Sessão Solene de Honra em comemoração aos 191 anos de independência da Bolívia, Tarija, 6 de agosto de 2016.

52. Entende-se como “crenças populares”, convicções e, em geral, a cultura, através das quais as pessoas “conhecem” e atuam no mundo sem ter que refletir sobre isso. Ver: Gramsci, A., *Cuadernos de la Cárcel*, T. 3, Ediciones ERA, México, 1984, p. 305.

53. “Pois, se, em qualquer momento, os homens não entendessem essas ideias essenciais, se não tivessem uma concepção homogênea de tempo, espaço, causalidade, quantidade, etc., todo o acordo entre as inteligências seria impossível e, com isso, toda a vida comum. Ademais, as sociedades não podem deixar as categorias ao arbítrio dos indivíduos sem abandonar a si própria. Para viver, você precisa não só de um conformismo moral suficiente; existe um mínimo de conformismo lógico o qual tampouco pode ser dispensado. Por esta razão, ele exerce o peso de toda a sua autoridade sobre os seus membros, evitando a dissidência “.Durkheim, E., *Las formas elementales de la vida religiosa*, Akal Editor, Madrid, 1982, p. 15.

54. Ver: Gramsci, A., “Democracia obrera y socialismo”, en *Pasado y presente* (Revista trimestral), Año IV, nueva serie, Edigraf, Argentina, 1973, p. 103ss.

55. Marx, C. y Engels F., “Manifiesto del Partido Comunista”, en *Obras escogidas*, T. I, Editorial Progreso, Moscú (URSS), 1974, p. 122.

56. Ver: García Linera, Á., *Las tensiones creativas de la revolución. La quinta fase del Proceso de Cambio*, Vicepresidencia del Estado, La Paz, 2011.

57. Pipes, R., op. cit., pp. 569-572.

58. Ver (quarta parte): *La guerra civil y la formación del sistema soviético* (1918-1924), en Figes, O., op.cit.

59. Lenin, V. I., “VII Conferencia del partido de la provincia de Moscú” (octubre de 1921), en *OC*, T. 35, p. 537.

60. Marx, C. y Engels F., “Manifiesto del Partido Comunista”, op. cit., p. 130.

61. Marx, C., “Resumen del libro de Bakunin *Estatualidad y anarquía*”, en Marx, C., y Engels, F., *Obras Fundamentales*, T. 16, p. 481. FCE, México, 1988.

62. N.T.: O autor se refere ao evento político conhecido como o Massacre de Pando, quando cidadãos bolivianos iniciaram uma série de protestos contra a pa

realização de funcionários do governo local, departamento de Pando, que alegavam não reconhecer a legitimidade do governo Morales-Linera, mesmo após o referendo revogatório de agosto de 2008 ter sido definido em favor destes, sofreram uma emboscada, resultando em 20 mortos, mais de 100 feridos e 40 desaparecidos.

63. Ver Jones, M., *Electoral Laws and the survival of presidential democracies*, University of Notre Dame Press, Notre Dame, 1995.

64. Ver Gramsci, A., *Cuadernos de la cárcel*, T. 5, Ediciones ERA, México, 1999.

65 Fíges, O., op. cit.

66 “... em virtude dessa contradição entre interesse particular e interesse comum, este adquiriu, como Estado, sua própria e independente forma, separada de interesses reais particulares e coletivos e, ao mesmo tempo, uma forma ilusória de comunidade, mas sempre na base real de conexões existentes, dentro de cada conglomerado familiar e tribal, como a carne e o sangue, a linguagem, a divisão do trabalho em maior escala e outros interesses e, acima de tudo, como depois desenvolveremos , com base nos interesses das classes ... “. Marx, C. y F. Engels, “Feuerbach. Oposición entre las concepciones materialistas e idealistas” (I capítulo da Ideologia Alemã), en Marx, C. y F. Engels, *Obras escogidas*, T. I, Editorial Progreso, Moscú, 1974, p. 31.

67. Ver: Capítulo I: La mercancía, en Marx, K., *El capital*, T. I, Vol. 1, Siglo XXI Editores, México, 1987, pp. 43-102.

68. É possível afirmar, categoricamente, que o núcleo da teoria marxista sobre o Estado e o poder é a teoria das formas de valor tratadas no primeiro capítulo do *Capital*.

69. Fíges, O., op. cit., p. 685.

70. Lenin, V. I., “Últimas cartas y artículos de V. I. Lenin” (22 de diciembre de 1922 - 2 de marzo de 1923), en OC, T 36, pp. 471-490. E também, Pipes, R., op. cit., p. 554.

71. Lenin, V. I., “Los sindicatos, la situación y los errores del camarada Trotsky” (30 de diciembre de 1920), en OC, T 34, pp. 288-289.

